

Diário do Legislativo de 23/04/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 21ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/4/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Requerimento do Deputado Durval Ângelo; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação e para a continuação dos trabalhos; anulação da votação; prejudicialidade do requerimento - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Braulio Braz - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Durval Ângelo solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Requerimentos nºs 2.936, 2.954, 3.052 e 3.053/2008 sejam apreciados em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação da votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação da votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 20 Deputados. Portanto, não há quórum para votação e para a continuação dos trabalhos, motivo pelo qual a Presidência torna a votação do requerimento do Deputado Durval Ângelo sem efeito e o declara prejudicado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2009

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Getúlio Neiva e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Getúlio Neiva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta, a discutir e votar proposições da comissão e acusa o recebimento da seguinte proposição para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 3.037/2009 (Deputado Juninho Araújo), em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.036/2008 (relator: Deputado Paulo Guedes); 3.058/2008 (relatora: Deputada Gláucia Brandão) e 3.032/2009 (relator: Deputado Getúlio Neiva), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.493, 3.496 e 3.499/2009. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 782/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidente recebe requerimento do Deputado Almir Paraca em que solicita seja realizado debate público, como parte das comemorações do centenário da artista luso-brasileira Carmen Miranda. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, EM 2/4/2009

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Vanderlei Miranda, Durval Ângelo, Delvito Alves e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir convidados que discorrerão sobre a execução das penas no Estado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Vanessa Fusco, Promotora de Justiça, representando o Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado; o Sr. Estevão Ferreira Coreto, Defensor Público Federal; a Sra. Marina Lage Pessoa da Costa, Defensora Pública, e o Sr. Cristiano Maia Luz, Defensor Público de Pouso Alegre, representando o Sr. Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral da Defensoria Estadual; os Srs. Guilherme Augusto de Faria Soares, Superintendente de Atendimento ao Preso, representando o Sr. Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional; Alexandre Martins da Costa, Diretor de Articulação do Atendimento Jurídico da Secretaria de Defesa Social; as Sras. Marlene Alves de Almeida Silva, Ouvidora do Sistema Penitenciário de Minas Gerais; Cláudia Edna Calhau de Castro e Andrade, Coordenadora do Núcleo de Gestão Prisional, representando o Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro; Chefe de Polícia Civil do Estado; o Sr. Marcus Vinícius Cruz, Assessor do Núcleo de Gestão Prisional da Polícia Civil; as Sras. Dinacarla Gonzaga Piernatei, Conselheira e Coordenadora de Direitos Humanos, representando o Sr. Rogério de Oliveira Silva, Presidente do Conselho Regional de Psicologia; Maria de Lourdes Oliveira e Silva, Secretária Executiva da Pastoral Carcerária da Igreja Católica; Maria do Socorro Sanches Brandão, Coordenadora da Pastoral Carcerária da Igreja Católica; Mônica Felícia Peixoto, representante da Capelania Prisional da Convenção Batista Mineira; e os Srs. Alexandre José Nogueira, Gerente da Apac, representando o Sr. Gustavo Salazar Botelho, Presidente da Apac - Itaúna; e Cristian Garrido Higuchi, Juiz da Comarca de Santa Luzia, representando o Sr. Valdeci Antônio Ferreira, Diretor Executivo da Fraternidade Brasileira de Assistência ao Condenado - FBAC -; que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Durval Ângelo e Wander Borges, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo em que solicita seja realizada visita à Vara de Execução Criminal da Comarca de Juiz de Fora, bem como seja realizada audiência pública para discutir a execução das penas no Estado; e Delvito Alves em que solicita seja realizada visita ao Comitê Integrado de Política Prisional. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2009.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Wander Borges.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/4/2009

Às 14h34min, comparece na Sala das Comissões o Deputado André Quintão, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a apresentar, em audiência pública, o balanço das emendas populares relativas às políticas de atenção aos direitos da criança e do adolescente apresentadas ao PPAG, bem como a discutir e definir, com os movimentos sociais, as prioridades de atuação da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente para 2009. Ato contínuo, comunica o recebimento de ofícios (2) do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, publicados no "Diário do Legislativo" em 19 e 21/3/2009. Neste momento, registra-se a presença dos Deputados Eros Biondini, Carlin Moura e João Leite, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Gláucia Brandão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Andréa Mismotto Carelli, Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude de Minas Gerais - CAO-PJIJ-MG; Fernanda Flaviana Souza, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais - Cedca -; Elvira Mirian Veloso de Mello Consedey, Coordenadora do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente - Fectipa -; Dinéia Domingues, Coordenadora do Fórum Mineiro de Educação Infantil; Regina Helena Cunha Mendes, Coordenadora do Fórum de Enfrentamento à Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e os Srs. Adriano Guerra, Coordenador da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, e Fábio Feitosa Silva, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa às suas considerações iniciais. Logo após, concede a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Retira-se da reunião o Deputado André Quintão. O Deputado Carlin Moura assume a direção dos trabalhos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2009.

João Leite, Presidente - Carlin Moura.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/4/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz, Gil Pereira, Irani Barbosa e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Anunciada a discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.692/2008, e tendo ela sido encerrada, a Presidência informa que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do Deputado Sávio Souza Cruz, que recebeu o nº 1 e será encaminhada ao relator. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.658/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja encaminhado ao BDMG pedido de providência para ampliar a oferta de crédito para a atividade de silvicultura por meio do Fundo Pró-Floresta; Deiró Marra em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Patrocínio, para apurar a implantação do complexo industrial da empresa Galvani; e Fábio Avelar em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para ouvir o Presidente do Instituto Estadual de Florestas - IEF - sobre a proposta de redução da Reserva Biológica Serra Azul, conforme dispõe o Projeto de Lei nº 2.858/2008. A Presidência acusa o recebimento dos requerimentos dos Deputados Padre João em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas de Ferradura e Sete Cachoeiras, no Rio Santo Antônio, no Município de Ferros; e Fábio Avelar (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir as atividades consideradas irregulares por diversas associações que atuam na região da Pampulha; e para debater questões relacionadas com os resíduos de naturezas diversas de indústrias mineiras contendo substâncias perigosas lançadas na natureza. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Carlos Gomes.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/4/2009

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Gláucia Brandão e o Deputado Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Lúcia Mendonça, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.095/2009 (Deputada Gláucia Brandão), 3.112/2009 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 3.085/2009 (Deputado Carlin Moura), todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.028/2009 (relatora: Deputada Gláucia Brandão) e 3.082/2009 (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.527/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Padre João em que solicita reunião de audiência pública na Comissão para debater a grade curricular do ensino médio, e do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a nova forma de ingresso nas universidades federais, a universidade nova - uma proposta avançada para o ensino superior - e o acesso às universidades por meio de cotas de inclusão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2009.

Carlin Moura, Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/4/2009

Às 9h45min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Carlin Moura, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlin Moura, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da Comissão presente. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar reunião de audiência pública para debater o funcionamento do Nossa Horta, programa de caráter social e comunitário desenvolvido pelo Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu - Comupra -, nas dependências da Escola Estadual Bolívar Tinoco Mineiro. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Elci Pimenta Santos, Superintendente Regional de Ensino Metropolitana A; Delze dos Santos Laureano, Procuradora do Município de Belo Horizonte; Cleuza Lourenço Linhares, Diretora da Escola Estadual Bolívar Tinoco Mineiro; Geralda Rodrigues, representante dos Participantes do Programa Agroecologia Nossa Horta; Ana Barros, Assessora da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas; e os Srs. Valmir Peixoto Costa, Procurador do Estado, representando José Bonifácio Borges de Andrada, Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais; Vereador Preto do Sacolão, de Belo Horizonte; Edmar Gadelha, Secretário Executivo do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; Itamar de Paula Santos, Presidente do Comupra, e Marcos Luiz da Cunha Jota, representante da Empresa de Consultoria em Agricultura Urbana, Agroecologia e Metodologia Participativas - Jota Desenvolvimento Sustentável Ltda., que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que ensejou a reunião, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gláucia Brandão - Domingos Sávio.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 23/4/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.936/2008, do Deputado Wander Borges, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de informações sobre o serviço de transporte remunerado de passageiros por meio de veículos ciclomotores e similares no Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.954/2008, da Comissão de Direitos Humanos, que pleiteia seja solicitado ao Tribunal de Justiça que informe o número de processos convertidos em perícias judiciais e o dos que estão aguardando a realização de perícia judicial, notadamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte e nos Municípios mais populosos do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.052/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao Procurador-Geral do Estado pedido de informações sobre as providências tomadas pelo Ministério Público em relação às conclusões do relatório final da CPI que apurou, entre 2001 e 2002, os mecanismos de formação do preço do leite no comércio e na indústria, no Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.053/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao Secretário de Agricultura pedido de informações sobre as providências tomadas por esse órgão em relação às conclusões do relatório final da CPI que apurou, entre 2001 e 2002, os mecanismos de formação do preço do leite no comércio e na indústria, no Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.534/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, que solicita seja encaminhado à Defensoria Pública do Estado pedido de informações sobre o resultado da ação estratégica realizada nas cadeias dos Municípios do Estado por um grupo técnico desse órgão, com relatório relativo a cada estabelecimento visitado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.537/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Administração Prisional pedido de informações sobre a população carcerária dos estabelecimentos prisionais do Estado, com a relação dos presos em cada um, especificando tipo de delito, pena, tempo de pena cumprido e situação prisional. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.538/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a população carcerária dos estabelecimentos prisionais do Estado, com a relação dos presos em cada um, especificando tipo de delito, pena, tempo de pena cumprido e situação prisional. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do

requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.539/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, que solicita seja encaminhado ao Defensor Público-Geral do Estado pedido de informações relativas às estatísticas sobre a defesa de presos realizada pela Defensoria nas comarcas do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.540/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Medidas Socioeducativas pedido de informações sobre o quantitativo de jovens cumprindo medidas de internação no Estado, seja em instituições especializadas, seja em cadeias públicas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.948/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Estado para realização dos Jogos Olímpicos de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços com relação a fraudes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 23/4/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: reunião de audiência pública para debater, com convidados, o impacto da crise econômica mundial sobre as pequenas e as microempresas, e propor tratamento fiscal diferenciado para tais segmentos empresariais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 23/4/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Propostas de Ação Legislativa nºs 589, 601, 607, 608, 650, 652, 691, 692, 764, 765, 766, 773, 800, 802, 814, 816, 830, 842, 854, 855, 856, 864, 867, 871, 876, 877, 885, 898 e 1.027/2008, de iniciativa popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do nome de José Osvaldo Guimarães Lasmar para Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados André Quintão, Doutor Rinaldo, Gustavo Valadares e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2009, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-

Presidente.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2009.

Vanderlei Miranda, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Uejo, Delvito Alves, Gilberto Abramo, Padre João, Ronaldo Magalhães e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2009, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para Turno Único dos Projetos de Lei nºs 3.129/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça e 3.142/2009, do Deputado Célio Moreira; os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.004/2009, do Deputado Inácio Franco; 3.018/2009, da Deputada Ana Maria Resende; 3.055/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.126/2009, do Deputado Elmiro Nascimento; 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, e 3.163/2009, do Deputado Zé Maia; e os Pareceres para em Turno Único dos Projetos de Lei nºs 2.927/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 3.127/2009, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.137/2009, do Deputado Durval Ângelo; 3.139/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.143/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.144 e 3.146/2009, do Deputado João Leite; 3.152 e 3.153/2009, do Governador do Estado; 3.155/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.159/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.164/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.165/2009, do Deputado Padre João; 3.166/2009, do Deputado Paulo Guedes; 3.170/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.189/2009, do Deputado Domingos Sávio, e 3.205/2009, do Deputado Wander Borges; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Política Agropecuária e Agroindustrial e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes, Chico Uejo e Domingos Sávio, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Adalclever Lopes, Délio Malheiros, Gil Pereira, Leonardo Moreira e Walter Tosta, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para a reunião a ser realizada em 23/4/2009, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater e apurar denúncias de adulteração do café nas torrefadoras do Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.578/2008, do Governador do Estado; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.882/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.096/2009, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2009.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de homenagear os policiais que atuaram na Operação Vandec III, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2009.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Vanderlei Miranda, Delvito Alves e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/4/2009, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a questão da execução das penas no Estado, com a presença dos seguintes convidados: Sérgio Franco de Oliveira Júnior, Juiz da 2ª Vara Criminal e de Execução Penal do Município de Pouso Alegre; Agnaldo Perugini, Prefeito do Município de Pouso Alegre; Paulo Henrique Pereira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Carlos Eduardo Pinto, Delegado Regional de Pouso Alegre; Tereza Cristina Coutinho do

Amaral Barroso, Promotora da 6ª Promotoria de Justiça e Responsável pela Execução Penal; e Rafael Tadeu Simões, Diretor da Faculdade de Direito do Sul de Minas; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2009.

João Leite, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.243/2008

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Agora, vem a matéria a este órgão colegiado, a fim de ser apreciada quanto aos aspectos financeiros e orçamentários, conforme preceitua o art. 188, combinado com o art. 102, VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.243/2008 objetiva conferir autorização legislativa para que o Poder Executivo possa doar ao Município de Itajubá terreno com área de 10.485m², a ser desmembrado de imóvel localizado na Rua Brasópolis, no Bairro São Judas Tadeu, nesse Município.

Cabe ressaltar que o parágrafo único do art. 1º da proposição determina que o imóvel será destinado à instalação de órgãos municipais ligados à preservação do meio ambiente, em consonância com o interesse daquela comunidade.

Ainda em defesa do interesse coletivo, o art. 2º prevê a reversão do imóvel ao patrimônio do Estado, se, findo o no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

A autorização legislativa para a alienação de bem público é exigência da Lei Federal nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. No § 2º de seu art. 105, essa norma estabelece que a movimentação dos valores pertencentes ao ativo permanente do Tesouro só pode ser realizada com a referida autorização.

Portanto, o projeto de lei em análise atende aos preceitos legais que versam sobre a transferência de domínio de bens públicos, não acarreta despesas para o erário e não implica repercussão na Lei Orçamentária.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.243/2008, no 1º turno.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2009.

Zé Maia, Presidente - Inácio Franco, relator - Adelmo Carneiro Leão - Juarez Távora.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.358/2008

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Governador do Estado, visa autorizar o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – a doar ao Estado de Minas Gerais os imóveis que especifica, situados nos Municípios de Uberlândia e Unaí.

Nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, foi-lhe anexado o Projeto de Lei nº 3.104/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Agora, vem a matéria este órgão colegiado a fim de receber parecer quanto à repercussão financeira que poderá originar, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.358/2008 tem como finalidade conferir autorização legislativa para que o DER-MG possa doar ao Estado de Minas Gerais dois imóveis, ambos com 5.000m². A área do primeiro deles será desmembrada da área total de 288.134m², correspondente às glebas 1-3 e 4,

situada na Fazenda do Óleo, no Município de Uberlândia; a área do segundo será desmembrada de terreno com 10.000m², situado na Quadra 6 do Bairro Santa Luzia, no Município de Unai.

De acordo com o parágrafo único do art. 1º do projeto, os imóveis destinam-se à implantação de Núcleos de Gestão Ambiental, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado apenas o imóvel situado no Município de Unai.

Fundamentada no fato de que, no Município de Uberlândia, a Semad já instalou seu Núcleo de Gestão Ambiental em outro imóvel, a Comissão acatou a pretensão apresentada pelo Projeto de Lei nº 3.104/2009, anexado à proposição em análise, de doar toda a área correspondente à Fazenda do Óleo – 288,134m² – àquele ente federativo, para a construção de habitações populares.

Ressalte-se que ambas as finalidades dadas aos imóveis beneficiam as comunidades em que se encontram, satisfazendo assim a condição de atender ao interesse público, que deve nortear os atos da administração pública. Além disso, o substitutivo proposto prevê, no art. 3º, a reversão dos bens ao patrimônio do DER-MG, se não forem utilizados da forma prevista no prazo de cinco anos contados da lavratura das escrituras de doação.

A autorização legislativa para a alienação de bem público decorre da exigência contida na Lei Federal nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e dos balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, em especial o § 2º de seu art. 105. Esse dispositivo estabelece que a movimentação dos valores pertencentes ao ativo permanente do Tesouro só pode ser realizada com a referida autorização.

A matéria em questão atende aos preceitos legais que versam sobre a transferência de domínio de bens públicos, não acarreta despesas para o erário e não implica repercussão na Lei Orçamentária.

Entretanto, como no Município de Unai serão doados apenas 5.000m² de um imóvel com 10.000m², é necessária a identificação objetiva da área que deverá ser incorporada ao patrimônio do Estado. Para tanto, apresentamos a Emenda nº 1, redigida ao final deste parecer, que dá nova redação ao "caput" do art. 1º do Substitutivo nº 1 e acrescenta anexo.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.358/2008, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, redigida a seguir.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao "caput" do art. 1º do Substitutivo nº 1 a seguinte redação e acrescente-se o seguinte anexo:

"Art. 1º – Fica o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais –DER/MG – autorizado a doar ao Estado de Minas Gerais imóvel constituído por área de 5.000m² (cinco mil metros quadrados), conforme descrição no Anexo desta lei, a ser desmembrada da área total de 10.000m² (dez mil metros quadrados), situada na Quadra 6 do Bairro Santa Luzia, na Rua Philadelfo de Souza Pinto, no Município de Unai, conforme Matrícula nº 11.805, de 15/5/83, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Unai."

(...)

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Lei nº /2009)

A área disponibilizada para doação tem na frente, do P1 ao P2, uma distância de 53,476m (cinquenta e três metros e quatrocentos e setenta e seis milímetros), confrontando com a Rua Jovino Rodrigues Santana; no lado direito, do P2 ao P3, com ângulo de 90º à esquerda, uma distância de 93,500m (noventa e três metros e quinhentos milímetros) confrontando-se com área do Acampamento do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –; no fundo, do P3 ao P4, com ângulo de 90º à esquerda, uma distância de 53,476m (cinquenta e três metros e quatrocentos e setenta e seis milímetros), confrontando-se com a Rua Antônio Gonçalves; e no lado esquerdo, do P4 ao P1, ponto de início dessa descrição, com ângulo de 90º à esquerda, uma distância de 93,500m (noventa e três metros e quinhentos milímetros) confrontando-se com a Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB –, perfazendo uma área total de 5.000m² (cinco mil metros quadrados)."

Sala das Comissões, 22 de abril de 2009.

Zé Maia, Presidente - Juarez Távora, relator - Adeldo Carneiro Leão - Inácio Franco.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.906/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.906/2008, de autoria do Deputado Carlin Moura, que declara de utilidade pública o Instituto Cultural Lusófono – ICL –, com sede no Município de Itabira, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.906/2008

Declara de utilidade pública o Instituto Cultural Lusófono - ICL -, com sede no Município de Itabira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Cultural Lusófono - ICL -, com sede no Município de Itabira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Ronaldo Magalhães.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.933/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.933/2008, de autoria do Deputado Lafayette de Andrada, que declara de utilidade pública a Banda de Música Arte e Conquista de Felixlândia, com sede no Município de Felixlândia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.933/2008

Declara de utilidade pública a Banda de Música Arte e Conquista de Felixlândia, com sede no Município de Felixlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Banda de Música Arte e Conquista de Felixlândia, com sede no Município de Felixlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Gilberto Abramo.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/4/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlos Gomes

exonerando Neuzanete Souto Ribeiro Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Rita de Cássia Vilasboas Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando João Batista da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Leonardo Ermindo Carneiro para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Leonardo Geraldo da Silveira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Marco Antonio Landim Pereira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Neuzanete Souto Ribeiro Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Rita de Cássia Vilasboas Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete da Deputada Rosângela Reis

exonerando Maria Aparecida Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

exonerando Mauro Tadeu Rocha do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando Paulo Charlenes Faráco Maciel do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Jordane Antônio Januário para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zezé Perrella

exonerando Luciana Toledo de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Raimundo Nonato da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Cibelle Medeiros da Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria; exonerando Raimundo Nonato da Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando Roberto Márcio Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Luciana Toledo de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando José Wilson Vilarino para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Paulo Charlenes Faráco Maciel para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Fortunato Francisco de Aquino do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 2ª Secretaria;

nomeando Mauro Tadeu Rocha para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 2ª Secretaria.